

A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária

The “democratic and popular strategy” and an inventory of the revolutionary left

Caio Martins, Fernando Correa Prado, Isabel Mansur Figueiredo, Stefano Motta, Victor Neves de Souza*

Resumo

Este texto parte da hipótese inicial de que vivemos hoje o encerramento de um ciclo histórico, o do Partido dos Trabalhadores (PT), e de sua estratégia para a revolução brasileira: a estratégia democrática e popular. Na busca por apreender a estratégia correspondente a um determinado ciclo, procuramos rastreá-la a partir da teoria social que necessariamente a informa, e que encontra sua expressão unitária e coerente na obra de certos intelectuais. Neste sentido, focamos no estudo das obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho como um primeiro passo no sentido da realização de um inventário referente à transição do ciclo do PCB – correspondente à estratégia nacional e democrática – ao ciclo do PT – estratégia democrática e popular. Busca-se também apontar como a obra de Ruy Mauro Marini pretendeu contribuir para a constituição de uma estratégia socialista da revolução brasileira.

Palavras-chave: revolução brasileira; estratégia democrática e popular; ciclo histórico do PT.

Abstract

This text starts from the initial hypothesis that we live today the closing of a historical cycle, the Workers’ Party (PT), and its strategy for the Brazilian revolution: the Democratic and Popular Strategy. Seeking to grasp the strategy corresponding to a given cycle, we tried to research its bases on the social theory terrain, which finds its coherent expression in the work of some intellectuals. In this sense, we focus on the study of the works of Caio Prado Jr., Florestan Fernandes and Carlos Nelson Coutinho as a first step towards the realization of an inventory related to the transition from the PCB cycle – corresponding to national and democratic strategy – to the PT cycle – democratic and popular strategy. We also sought to point out how the work of Ruy Mauro Marini was an attempt to contribute to the establishment of a socialist strategy of the Brazilian revolution.

Key words: Brazilian revolution; democratic and popular strategy; PT (WP) historical cycle.

* Caio Martins, Isabel Mansur, Stefano Motta e Victor Neves são doutorandos na Escola de Serviço Social da UFRJ. Fernando Correa Prado é professor no Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política da UNILA.

1) Introdução – para uma autoavaliação da esquerda brasileira no século XXI

O debate sobre a revolução é dos mais ricos no campo da esquerda, tendo-se constituído em controvérsia perene. O trabalho teórico e a atuação prática de Marx e Engels representam marco definitivo na superação de tendências golpistas, isolacionistas ou “iluministas” marcantes na atuação anterior de setores revolucionários, tendo alçado a polêmica central a outro patamar. A oscilação polar, desde então, costuma se dar entre reformas e revolução como dois corolários possíveis – e não necessariamente incompatíveis – do pôr-se em luta da classe trabalhadora.

O tema remonta, em sua vertente comunista, ao processo de constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si, ou seja: enquanto sujeito histórico portador da emancipação humana como possibilidade, com projeto societário próprio e autônomo. Este processo encontra, no plano histórico-universal, três balizas fundamentais: a revolução europeia de 1848 (a “Primavera dos Povos”), quando a classe trabalhadora se antagoniza à burguesia e rompe-se definitivamente o “terceiro estado” feudal; a Comuna de Paris de 1871, quando pela primeira vez a classe trabalhadora toma o poder em suas mãos e inicia a implementação de um conjunto de medidas tendentes à emancipação humana; a Revolução de Outubro de 1917, a partir da qual a classe trabalhadora consegue efetivar, pela primeira vez na história, um Estado de transição socialista. Neste ponto, é necessário lembrar que o processo de constituição da classe enquanto classe para si não é linear nem muito menos se desenrola unidirecionalmente: encontra culminações e depressões a depender do próprio evoluir das condições econômicas, políticas e sociais em cada formação nacional, bem como da capacidade de resistência e atuação da classe trabalhadora através de suas formas organizativas. Os marcos estabelecidos aqui assinalam, portanto, níveis de culminação ou “pontos máximos de consciência”, o que não significa que a classe neles permaneça ou a eles retorne necessariamente.

No Brasil este processo está muito estreitamente relacionado ao próprio surgimento da classe trabalhadora no contexto de transição de formação colonial a formação propriamente capitalista. Ele tem como balizas fundantes a eclosão do movimento operário organizado nas primeiras décadas do século XX e sua culminação na fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista em 1922. Desde pelo menos 1922, portanto, está posto o debate sobre a revolução brasileira, que se expressou em vertentes diferenciadas. Se também aqui, por um lado, estão presentes os polos “reformas” e “revolução”, por outro lado é possível encontrar, em cada ciclo histórico, certas composições ou configurações estratégicas que pautam todas as demais posições sobre o assunto em uma época dada em certa formação social. Quer sejam favoráveis, quer sejam contrárias a estas configurações-chave, todas as demais posições são forçadas a se situar em relação a estas. Tais configurações estratégicas se mostram como úni-

cas e inescapáveis em cada ciclo, e partimos da hipótese de que isso está relacionado ao fato de que elas articulam, em torno do objetivo da revolução (e no caso brasileiro, da revolução brasileira), visões sociais de mundo unitárias e coerentes a partir das quais conquistam posição dirigente face à classe trabalhadora.

Mas como apreender a estratégia correspondente a um determinado ciclo histórico? É necessário, para isso, recorrer à teoria, ao reflexo unitário e coerente, no plano do pensamento, da realidade sobre a qual se busca intervir e que informa a estratégia. É necessário estudar as expressões mais coerentes de determinada interpretação do real, o que ocorre nas obras de certos intelectuais ativos em dado momento. Na escolha dos autores a serem estudados, deve-se levar em conta a *importância histórica da obra* em questão. Esta importância está relacionada: de uma parte, à sua aproximação da unidade e da coerência de uma visão de mundo, reproduzindo, no plano da teoria, o movimento social real experimentado empiricamente pela classe e interpretando a realidade; de outra parte, à própria *práxis* social da classe trabalhadora e ao lugar que a referida obra tenha ocupado no evoluir do comportamento desta classe e dos rumos tomados por suas formas de organização política – ou seja, à *seleção real* operada historicamente pela própria classe, através de seus instrumentos de ação política.

Um ciclo histórico é necessariamente associado à constituição da classe como sujeito político e, portanto, inseparável do movimento de sua consciência. A consciência de classe não é um mero saber de si como classe, senão uma consciência prática necessária, isto é, implica que a classe superou sua “serialidade”, fundiu-se contra uma “ameaça” e assumiu para si tarefas políticas práticas que se confrontam antagonicamente com a classe dominante¹. A consciência de classe se expressa nos “instrumentos políticos”, nas suas práticas organizativas que emergem como forma de enfrentar os problemas colocados pelo real. Daí que a noção de ciclo histórico nos remete ao ascenso e descenso da classe trabalhadora como sujeito político, da construção de seus instrumentos de luta (instâncias coletivas) e do seu esgotamento como alternativa. Associada à criação de instrumentos coletivos que universalizam as lutas particulares, está a elaboração de uma estratégia política que, em seu grau máximo de consciência, tem por objetivo a superação da sociedade capitalista.

Pode-se, assim, falar de estratégia predominante em cada ciclo histórico. Uma estratégia refere-se à forma pela qual a classe – através dos instrumentos coletivos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os diversos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução. No Brasil, é nítida a existência de dois grandes ciclos. O primeiro se refere ao ciclo do PCB ou da estratégia nacional e democrática. Pretendia-se enfrentar os “restos feudais” e

¹ Para o estudo do movimento da consciência de classe, especialmente no Brasil, ver Iasi (2006)

o imperialismo no Brasil – que supostamente travavam o desenvolvimento autônomo do capitalismo no país – e, aliando-se à “burguesia nacional”, acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa – a revolução socialista. O ciclo do PT ou da estratégia democrática e popular pauta-se no processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses de nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo.

Nesse sentido, temos envidado esforços no estudo das obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho como um primeiro passo no caminho da realização de um inventário referente à transição do ciclo do PCB ao ciclo do PT. De outro lado, tomamos a teoria marxista da dependência como interlocutor necessário (apesar de usualmente posto de lado ou refutado sem o devido embasamento – ou talvez por isso mesmo!), na medida em que quis teorizar uma estratégia socialista em plena transição entre os dois ciclos aqui apresentados.

Este texto é antes de tudo a expressão de um trabalho em pleno andamento². Cabe ressaltar, finalmente, o caráter sumário da exposição em função da abrangência da temática, mas que pode ser compensada pela leitura das obras a que fazemos referência.

2) Caio Prado Júnior e a “Revolução Brasileira”

Caio Prado (1966) foi um dos principais intelectuais a avaliar criticamente o projeto hegemônico da esquerda brasileira (PCB) após a derrota histórica expressa no golpe de 1964. Em seu livro *A revolução brasileira*, articulou suas principais teses sobre o Brasil numa contraposição veemente aos paradigmas que fundamentaram o modelo de revolução democrático-burguesa do partido e da Internacional Comunista. Sua contribuição parece ser, portanto, fundamental para o pensamento revolucionário brasileiro e para lançar luz ao novo ciclo estratégico que futuramente se consolidaria.

Diante do diagnóstico apresentado pelo campo do PCB sobre a fase anti-feudal e anti-imperialista da revolução brasileira, Caio Prado afirmou que, como fruto das características perenes herdadas da sociedade colonial brasileira, as relações econômicas muito mais se assemelhavam ao assalariamento e ao traba-

² Optamos por não sobrecarregar o leitor com exaustivas notas de rodapé ao longo desta Introdução. Há diversas categorias em uso aqui, como “visão (social) de mundo”, “ciclo histórico”, “articulações estratégicas” etc. que mereceriam o devido aprofundamento ou pelo menos a referência às obras e aos autores de onde vieram. Para encontrar estas referências, pode-se recorrer ao trabalho recente de um dos autores deste texto: Souza (2012).

lho livre do que a qualquer estatuto de relação feudal. Assim, segundo o autor, a contradição principal da formação social brasileira não se encontrava no campo, já que as relações sociais e econômicas neste foram, desde o princípio, moldadas por fatores de natureza mercantil. O “sentido da colonização” teria feito do Brasil uma “empresa capitalista” inserida em relações internacionais de capitalismo comercial.

No que se refere à dominação imperialista, o autor sustenta que esta foi engendrada pela mesma origem: a colonização do Brasil influenciou as instituições econômicas, políticas e sociais, que “têm sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo” (p. 121). Sob a herança dessa trajetória, a economia brasileira evoluiu com raízes no capitalismo mercantil baseado no fornecimento aos mercados externos, “o que definiria a característica de relação com o imperialismo” (p. 122) em uma “situação de dependência e subordinação orgânica e funcional” (p. 182).

Por isso, na visão de Caio Prado, não existiu uma burguesia nacional inimiga do imperialismo em nosso país, mas uma *burguesia brasileira*. Isso aniquila a tese de uma burguesia progressista – nacional e anti-imperialista – oposta aos interesses de setores latifundiários. As frações interna e externa da burguesia estavam, segundo o autor, ligadas a ramos de produção distintos, mas muito mais se associavam do que se combatiam – situação tributária do fato de que, de um ponto de vista histórico, sua característica heterogênea, no que diz respeito à sua origem³, não suplantou a homogeneidade de seus interesses e a maneira de conduzi-los.

Caio Prado conclui que a rápida ascensão dessa burguesia formou uma classe que, apesar de representar distintos setores e atividades econômicas, se fundia em interesses comuns, sendo, portanto, altamente coesa. Ressalta, ainda, que muitas das primeiras indústrias do Brasil foram construídas por fazendeiros de café, o que torna ainda mais indissociáveis esses setores sociais – não havendo aqui, por exemplo, uma oposição entre burguesia e aristocracia. Assim, “os diferentes setores da burguesia evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses” (p. 182).

Mas o capitalismo brasileiro não era idêntico àqueles vigentes no centro do sistema. A natureza de uma economia voltada para fora e submetida às imposições do imperialismo determinava, segundo o autor, a insuficiência da capacidade produtiva brasileira – que, devido à não superação da *heteronomia* herdada dos tempos de colônia, continuava condicionada por necessidades externas à

³ Os primeiros representantes do que seria um rudimento da burguesia urbana brasileira teriam sido comerciantes portugueses, aos quais se teriam somado, a partir da abertura dos portos, comerciantes de outras nacionalidades.

nossa formação social, e não às necessidades internas do próprio povo brasileiro. Por se expandir a partir de relações de trabalho da massa trabalhadora com baixos níveis de vida, a impossibilidade de consumo qualificado era uma decorrência das *deficiências orgânicas* da vida econômica e social do país. A superação dessa contradição e o desenvolvimento de uma economia interna era pressuposto para libertação do país de suas contingências coloniais.

Tal desenvolvimento deveria ser atingido como consequência de uma verdadeira reorganização e reorientação da economia pela indução, a partir do Estado, de um *desenvolvimento geral e sustentável*, que levasse em conta, em primeiro lugar, o aumento da demanda e sua articulação com as necessidades fundamentais de consumo. Caio Prado insiste, portanto, no argumento de que o principal problema do Brasil não seria a questão da terra, mas a existência de uma *massa de trabalhadores destituída de tudo* e, conseqüentemente, impossibilitada de criar demanda para um mercado interno cujo desenvolvimento seria necessário *para a completude do Brasil enquanto nação*. A condição principal para o amadurecimento desta nova realidade seria a esquerda propor um programa de reformas necessárias ao progresso e ao “desenvolvimento do país e do povo brasileiro” (p. 330).

Caio Prado está em busca de um Brasil-Nação, que negue sua condição colonial ininterrupta, criando assim as bases para a *possibilidade* de uma revolução socialista, que não estariam dadas até então. Para criá-las, se fazia necessário completar e autonomizar o mercado interno, o que não se realizaria apenas a partir da livre iniciativa privada, posto que estaria movida por interesses egoístas – o lucro. Seria necessário que uma “vontade geral” (Estado) induzisse o desenvolvimento capitalista brasileiro – entendido enquanto desenvolvimento nacional – e que uma aliança entre trabalhadores e camponeses pressionasse o Estado para que este pautasse a reorientação do mercado brasileiro para a satisfação das necessidades da população brasileira, e não dos grandes grupos transnacionais.

Assim, a revolução brasileira de Caio Prado não é imediatamente socialista, uma vez que para ele era “impossível” uma revolução socialista numa formação social como a brasileira, de capitalismo “incompleto” ou “imaturo”. Curiosamente – e isto é muito interessante –, a posição de Caio Prado, que parte de críticas ácidas à interpretação do Brasil por parte do PCB, considerada fantasiosa, chega a um ponto muito próximo daquele partido em termos de proposta de programa e de ação – e podemos mesmo dizer: de estratégia. Seu programa da revolução brasileira se mantém nos marcos de um caráter nacional e antecipa elementos importantes da Estratégia Democrática e Popular e do ciclo estratégico que se segue.

3) Florestan Fernandes: tarefas em atraso e dialética de revolução dentro e fora da ordem

Florestan Fernandes (1976), talvez o principal sociólogo brasileiro, vai se dedicar, em seu ensaio sociológico sobre a *Revolução Burguesa no Brasil*, à compreensão do particular desenvolvimento de nossas relações capitalistas, ao qual atribuiu o caráter de *modernização conservadora*. Segundo ele, o desenvolvimento capitalista e a democracia no Brasil estavam desvinculados e não eram consequência da evolução um do outro – fato que se constituiria como uma “resultante política da forma própria de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente”. Sua visão tende a suplantiar definitivamente a perspectiva que via na revolução burguesa uma possibilidade de revolução nacional e democrática.

A partir de um processo híbrido em que a burguesia não era inicialmente uma classe, tendo se constituído a partir de uma unidade de interesses comuns de “várias burguesias (ou ilhas burguesas) que mais se justapõem do que se fundem” (p. 204), a revolução burguesa no Brasil acontece com características de uma *modernização conservadora* ou *revolução encapuzada*. De acordo com Florestan Fernandes, em um primeiro momento, essa transição conservadora foi encabeçada por elites nativas que não se contrapuseram propriamente à sociedade colonial, mas às restrições advindas do estatuto colonial, pois este “neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social” (p. 32). É nesta ruptura, no processo de Independência, que “o poder deixará de organizar-se de fora para dentro para organizar-se a partir de dentro”. Apresentaram-se aí duas tendências, uma conservadora e outra revolucionária: esta buscava a ruptura da condição heteronômica a que tinha sido relegada a economia brasileira e aquela buscava fortalecer a mesma ordem social tal e qual se encontrava, negando o aspecto revolucionário do episódio da Independência, restrito à superação jurídico-política do estatuto colonial. Egressa da situação colonial, nossa economia urbana nasce tendo como base um sistema econômico agrário, escravista e dependente.

Um segundo marco importante no processo de dinamização econômica e amadurecimento das condições internas para uma dominação burguesa foi, conforme Florestan, o período da abolição da escravidão e o começo de uma nova era em que se consolida o trabalho livre. Assim, o autor destaca que, nos períodos antecedentes a uma dominação propriamente burguesa, as elites nativas, e em especial a oligarquia rural ou agrária, tiveram necessidade de se modernizar, porém buscando manter sua influência na dominação. Junto ao imigrante, essa oligarquia desenvolveu uma *concepção burguesa de mundo*, assumindo, para si, o pioneirismo da modernização. Seus interesses e sua unificação enquanto bloco de poder deram-se em oposição à pressão dos novos “assalariados ou semi-assalariados do campo e da cidade” (p. 210).

O terreno político foi o campo de confluência de interesses, em que foi estabelecido seu pacto tácito de dominação de classe: “(...) visavam exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares.” (p. 204). Florestan caracteriza a irrupção da dominação burguesa no Brasil como fundada em um modelo *autocrático burguês* que, se apropriando de elementos arcaicos, acorrentava a “expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista”. A forma autocrática amalgamava um desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem permanentemente “como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’” (p. 168). Uma das principais características dessa *congière* de interesses burgueses era a sua quase neutralidade para a difusão de procedimentos democráticos, sendo transpassada, portanto, por um perfil autoritário e particularista.

Segundo o sociólogo brasileiro, o caráter da formação econômica do capitalismo no Brasil, em função de sua não autonomia em relação à dominação externa, é estruturalmente *dependente, subdesenvolvido e periférico*. Daí advém mais uma das suas características particulares: sob a situação de dependência, os estratos dominantes não possuem autonomia necessária para conduzir e completar uma revolução democrática e nacional. Na verdade, a dominação burguesa teria que se adaptar a um tipo de transformação capitalista em que a *dupla articulação* entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa constituía a regra. Essa dupla articulação estaria fundada na relação entre o setor arcaico (rural) e moderno (urbano) no Brasil e na associação de interesses internos e externos.

Neste diapasão, momentos específicos em que a burguesia participara de aventuras nacionalistas – que ele nomeia *radicalismo burguês* – deixaram claro que ela, por mais que lutasse por causas justas, não teria coragem de romper com a dominação imperialista e com os limites do subdesenvolvimento interno. Como consequência, padronizava-se uma modalidade de “demagogia populista”, sob a qual não se abririam espaços políticos para a participação democrática de amplos setores e se agitariam interesses nacionais como se fossem interesses universais. Estas experiências “radicais” permitiram à jovem burguesia o despertar para “sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da revolução burguesa” (p. 365).

É nesse sentido que, segundo Florestan, a dominação autocrática se fortaleceu e criou sua dinâmica própria de relação. Sua ordem converteu-se numa permanente *ditadura de classes preventiva*, que tem seu aspecto abertamente autoritário mascarado por demagogias populistas, e é a base para a conciliação das burguesias e de seus interesses.

As conclusões apontadas por Florestan (1981) abriram caminho a uma reorientação no que diz respeito aos postulados da Revolução Brasileira. Sua apre-

ciação estava fortemente fincada na impermeabilidade da autocracia burguesa à pressão dos de baixo, o que levaria ao que chamava de *revolução dentro da ordem*, que, encontrando resistências, poderia se transformar em uma *revolução contra a ordem*. Para o autor, o embate em torno do aprofundamento das *tarefas em atraso*, efetivadas por um programa de reformas que se choca contra os interesses dominantes, pode levar à *revolução contra a ordem*. Neste sentido,

(...) o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma *democracia da maioria*, isto é, uma democracia popular ou operária (Fernandes, 1981).

Esta reorientação guarda, por um lado, considerável elevação do nível de radicalidade em relação às formulações anteriores, já que coloca a revolução socialista na ordem do dia e busca esboçar um caminho para viabilizá-la desde o tempo presente e da luta concreta. Por outro lado, apresenta um importante ponto em comum com elas, o qual estará justamente no centro da eventual reconversão da proposta florestaniana em prisioneira dos limites da democracia burguesa: ao considerar que a burguesia brasileira não aceitará fazer concessões democratizantes à classe trabalhadora em luta – ou seja, ao considerar o padrão autocrático como norma insuperável nos limites da dominação burguesa brasileira –, Florestan abre o flanco para que a própria luta contra a autocracia seja ela mesma vista como parte da luta socialista, da “revolução contra a ordem”.

É desta ambiguidade que arrancam os intérpretes petistas de Florestan para incorporá-lo a seu rol de autores, descaracterizando a radicalidade possível da proposta do mestre e transformando-o, à sua revelia, em um teórico da ampliação da democracia como caminho para o socialismo – um passo para sua incorporação “esterilizada” como teórico do atual projeto petista, de constituição no Brasil de uma “democracia ampla”, na verdade uma *democracia de cooptação mutilada ou interrompida* –, projeto este combatido explicitamente pelo próprio Florestan.

4) Ruy Mauro Marini e a controvérsia da dependência: a crítica à estratégia nacional e democrática e notas sobre continuidades que informam a estratégia democrático-popular⁴

A categoria de dependência perpassa a história da América Latina desde o próprio momento das independências formais dos países da região. Desde então, diversas forças políticas utilizam esta categoria para tratar das relações da região com o resto do mundo, em especial com a Europa e os Estados Unidos. Mas houve um momento na história latino-americana em que esta categoria foi mais central e entrou em clara disputa política: ao final dos anos 1960 até meados da década de 1970 – ou, para ser mais preciso, entre 1964 e 1973, datas simbólicas da contrarrevolução na América Latina e, não por acaso, após a integração imperialista dos sistemas de produção e após a Revolução Cubana de 1959. É neste então que se concentra o que aqui denominamos de controvérsia da dependência, um período no qual praticamente todas as análises sobre a região – e, de fato, todas no âmbito da esquerda e do marxismo – utilizaram, de forma mais ou menos destacada, a categoria de dependência para sintetizar as principais características das formações econômico-sociais latino-americanas.

Precisamente por essa contínua e marcante presença da categoria de dependência nas interpretações da América Latina, é possível identificar, no plano da história das ideias, diferentes formas de se posicionar sobre a controvérsia em torno do tema. Para situá-la em grandes traços, com especial atenção para sua trajetória no Brasil, consideramos que é preciso visualizar em seu interior dois eixos com origens distintas, derivadas de questões motoras diferentes: tal controvérsia se dá, por um lado, como desdobramento e tentativa de superação dos debates sobre o *desenvolvimento brasileiro*, que permearam a disputa intelectual nos anos 1950, e, por outro, como desdobramento e tentativa de superação dos debates sobre a *revolução brasileira*, que no fundo se entroncavam na crítica à estratégia nacional e democrática até então predominante dentro daquele ciclo histórico da esquerda no Brasil.

Aqui nos concentraremos no segundo eixo, em particular na obra de Ruy Mauro Marini. A intenção desta seção é dupla: mostrar como a figura de Marini – como representante da esquerda revolucionária que emergia na época –, ao estabelecer a crítica prática e teórica à estratégia nacional e democrática, pode contribuir no sentido de sentar as bases para a superação atual da estratégia democrático-popular; e, por outro lado, apontar como a controvérsia da dependência – tomada em si mesma e considerando a forma como se expressou no Brasil – acaba por gerar linhas de continuidade da estratégia nacional e democrática e informa a estratégia democrático-popular.

⁴ Parte desta seção retoma passagens de outro texto que já circulou previamente: Correa Prado e Gouvea (2014).

Em diversos momentos de sua obra, Marini deixa claro que sua preocupação inicial não seria a de encontrar as falhas das teorias desenvolvimentistas ou oferecer novas fórmulas para o chamado desenvolvimento nacional. A questão que lhe movia era outra: a revolução brasileira e latino-americana rumo ao socialismo, que requer a análise do capitalismo na região. Já ao final dos anos 1960 e início dos 1970, considerando o peso que as questões do subdesenvolvimento e da dependência tinham na caracterização da região, Marini começa a disputar essas categorias, apontando para uma leitura distinta sobre a realidade latino-americana, que deveria informar uma estratégia socialista e revolucionária.

Naquele contexto, era muito comum a identificação da *dependência externa* como uma das causas do subdesenvolvimento – sendo este definido pela pobreza extrema, pela desigualdade interna, pela falta de soberania nacional, entre outras características sociais latino-americanas. Tal visão da dependência esteve presente, por um lado, nas análises desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que – enquanto expressão de alguns setores das burguesias internas latino-americanas e como difusor da ideologia do desenvolvimento que tomou corpo no pós-guerra⁵ – defendia reformas estruturais e a ruptura da dependência externa para superar um desenvolvimento voltado “para fora” e criar um desenvolvimento voltado “para dentro” ou “autônomo”, baseado na industrialização via substituição de importações, sob a liderança das respectivas burguesias nacionais e com forte participação estatal (e ainda capitalista). Note-se, de passagem, que este projeto tem muitos pontos de contato com as propostas de Caio Prado Júnior sumariadas acima.

Por outro lado, a noção de dependência externa figurava na análise da principal força de esquerda do Brasil naquele período – o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essas duas posturas sobre a dependência acabavam tendo implicitamente um ponto em comum: a dependência externa impediria o pleno desenvolvimento capitalista do país, de modo que haveria um capitalismo insuficiente, que manteria relações de produção “atrasadas”, “arcaicas”, “semifeudais”. Nesta visão dualista, o subdesenvolvimento era visto como falta de desenvolvimento capitalista, o imperialismo como uma relação de dominação entre nações, e a dependência como um fator externo.

Esta visão, predominante na esquerda durante a década de 1950 até meados da década de 1960, começa a mudar após a Revolução Cubana de 1959, quando demonstrou-se a *possibilidade da revolução socialista* num país latino-americano, trazendo à tona uma questão que passaria a orientar a esquerda revolucionária: em nosso continente, a efetiva independência somente poderia ser conquistada com o socialismo.

⁵ Há amplíssima bibliografia sobre este tema. Ver, entre outros, Marini (1992).

Desde uma perspectiva marxista-leninista e a partir de análises da realidade latino-americana, Marini apontou que o subdesenvolvimento e a dependência não são apenas fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surgem igualmente da especificidade das relações internas de exploração. Em sua perspectiva, o capitalismo latino-americano não podia ser visto como um capitalismo ainda insuficiente. Aqui o desenvolvimento capitalista esteve marcado pelo passado colonial, pela inserção subordinada da ex-colônia na divisão internacional do trabalho e pelas transformações qualitativas que esta sofre com a emergência do imperialismo como fase monopolista do desenvolvimento capitalista. *Não se tratava de falta de capitalismo, mas sim de um capitalismo dependente.*

Portanto, a dependência não seria apenas a face do imperialismo vista desde a América Latina. Sem abandonar a relação entre dependência e imperialismo, Marini se dispõe a analisar o papel da região no desenvolvimento capitalista em escala mundial, em suas determinações internas e externas. O aprofundamento das relações capitalistas na Europa nos séculos XVIII e XIX contou com um importante fluxo de alimentos e matérias-primas, fator que teria sido essencial para o rebaixamento do valor da força de trabalho e para a predominância de extração de mais-valor relativo dos trabalhadores europeus. Enquanto isso, na América Latina, por volta de 1840 e já na qualidade de nações formalmente independentes, configura-se a dependência. Conforme aponta em *Dialética da dependência* (2005 [1973]), “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas”.

O início da fase imperialista, a partir do último quarto do século XIX, ao mesmo tempo modificaria e aprofundaria a dependência. Nesta fase, que segue até hoje⁶, ocorreriam ainda novas reconfigurações, como aquelas relacionadas à industrialização na região – que se deu de maneira diferenciada entre os países, reproduzindo uma espécie de divisão regional do trabalho e dando margem ao surgimento do que Marini chamaria de *subimperialismo* (1977; 2012 [1969/1974]). Entretanto, em nenhum país latino-americano a industrialização teria rompido a dependência. Após a Segunda Guerra Mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos, a industrialização se deu através de uma integração subordinada dos sistemas produtivos destes países.

Para Marini, portanto, a interpretação marxista da dependência deve caracterizar a história latino-americana como parte de um desenvolvimento capitalista com *características particulares* e como fruto e determinante do papel desempenhado pela região no mercado mundial. O fato de conviverem diferentes relações de produção em uma mesma formação social não exclui que a determi-

⁶ Ver Fontes (2010).

nação em última instância de sua lógica de reprodução social esteja baseada no capitalismo⁷.

O *capitalismo dependente* estaria marcado por três elementos, todos interligados e constantemente reconfigurando-se em sua mútua interação: i) pela *transferência de valor* para as economias centrais; ii) pela *superexploração da força de trabalho*; e iii) pela *agudização das contradições inerentes ao ciclo do capital*, uma vez que a lógica determinante de acumulação nas economias dependentes produz, em geral, mercadorias destinadas para a exportação e para as elites. Em suma, ao longo de sua obra Marini destaca: a) o capitalismo latino-americano como capitalismo específico (*sui generis*); b) a dependência como especificidade deste capitalismo, resultado e determinante do desenvolvimento capitalista em escala mundial e inserido nas distintas divisões internacionais do trabalho, nas quais a América Latina ocupa papel subordinado; c) a dependência, ainda, como transformação interna das relações de produção, também fruto e determinante da reprodução ampliada capitalista, interna e externamente; d) a negação de uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia, seja nacional ou internacional; e) a atualidade da revolução socialista como a única maneira de romper a dependência. Estas posições, que sintetizam seu posicionamento teórico e sua postura frente ao debate estratégico, foram depreendidas do sentido geral de diversos de seus textos⁸.

Esta síntese estaria incompleta sem uma última observação: a partir da caracterização do capitalismo brasileiro e da emergência do subimperialismo, bem como da crítica aos equívocos da articulação estratégica predominante da principal força da esquerda até 1964, Marini se posiciona sobre o caráter da revolução brasileira e reafirma a atualidade da revolução socialista como o “verdadeiro caráter da revolução brasileira” (2012 [1966], pp. 158-160), lembrando que:

Tudo está relacionado a conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, ou, vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isso não é

⁷ Neste sentido, critica frontalmente a noção de dualismo estrutural, que perpassava muitas análises da época, inclusive marxistas: “(...) não tem cabimento falar de uma dualidade estrutural dessa economia tal como se costuma entendê-la, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e mesmo hostis, sem confundir-se seriamente sobre a questão. Pelo contrário, o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro” (2012, p. 133). Note-se que esta perspectiva foi exposta já em 1966, bem antes da famosa *Crítica da razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira.

⁸ Embora *Dialética da dependência* seja a mais conhecida e, talvez, a mais importante obra de Ruy Mauro Marini, é em *Subdesenvolvimento e revolução* (2012 [1969/1974]) que se encontra a síntese de sua visão sobre esses temas para o caso do Brasil, com destaque para o artigo ali contido sobre o “O movimento revolucionário brasileiro”. Em diversos textos Marini também analisou a fundo o caso do Chile, sendo que parte de suas análises foram compiladas em *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile* (1976).

possível nos marcos do sistema capitalista, só resta ao povo brasileiro (...) o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo.

Esta última passagem é mais rica do que poderia parecer à primeira leitura, sendo elucidativa para a dupla intenção exposta no início dessa seção. Se, por um lado, Marini afirma a atualidade da revolução socialista e identifica os elementos que informavam a estratégia nacional e democrática – com subsídios para a crítica à estratégia democrático-popular –, deixa entrever também alguns elementos que dariam margem para as elaborações teóricas que informaram e seguem informando aquela mesma estratégia democrática e popular. Situadas historicamente e como parte da intrincada controvérsia da dependência, algumas passagens de Marini – tal como em Florestan Fernandes – podem deixar margem para ambiguidades (quando afirma, por exemplo, a incapacidade de aumento do consumo das grandes massas). Como exemplo rápido: apegada a essa ambiguidade, confundindo aumento de consumo com fim da superexploração da força de trabalho e esquecendo todo o resto sobre a estratégia revolucionária, a possível apropriação de Marini pelo viés democrático-popular diria que a luta por maior poder de consumo seria tendencialmente uma luta estratégica e socialista, pois colidiria contra um ponto crucial do capitalismo dependente.

5) Carlos Nelson Coutinho e a democracia como “o caminho do socialismo”

Entre os anos 1960 e 1980, evidentemente coincidindo com a resistência à instauração e consolidação no Brasil da forma aberta da autocracia burguesa manifesta no que Octavio Ianni chamou de “A ditadura do grande capital”, o tema da *democracia* se afirmou como centro do debate político no Brasil. Isto se deu inicialmente no campo mais à esquerda, mas posteriormente, principalmente a partir dos anos 80, como parte de um grande “consenso” – entre aspas devido ao fato de que tal “consenso” comporta grandes diferenças no âmbito de um marco geral comum.

Carlos Nelson Coutinho foi um dos pensadores mais destacados neste processo de confluência em direção ao tema da democracia, notadamente entre os socialistas. Assim, conhecer profundamente sua contribuição é uma das precondições para compreender adequadamente o evoluir do pensamento político brasileiro no período em questão – e, para isso, não é de menor importância considerar os seguintes aspectos: a) todo o seu pensamento maduro é marcado por certa remissão peculiar a Antonio Gramsci e por um profundo debate com o pensamento conhecido como “eurocomunista”⁹, o que remete a polêmicas no movimento comunista internacional, já prenunciando a grande crise seguida

⁹ Quanto ao chamado “eurocomunismo”, cf.: Berlinguer (2009); Carillo (1977); Mandel (1978); Togliatti (1980).

pelo colapso das experiências socialistas; b) sua reflexão política se constitui, num primeiro momento, visando a incidir sobre a disputa de rumos no PCB, que se aprofundou e encarniçou cada vez mais após a derrota de 1964 e que atingiu seu ponto culminante na virada dos anos 70 aos 80; c) num segundo momento, esta reflexão esteve diretamente pautada pelo processo de “redemocratização” da sociedade brasileira em curso a partir de fins dos anos 1970 e por sua decisão de influir sobre os rumos do PT, partido ao qual Carlos Nelson viria a aderir nos anos 1980.

Para uma exposição sumária dos pontos centrais de seu pensamento político, devemos, primeiramente, tocar no ponto da “via prussiana”, chave para sua interpretação do Brasil. Data de 1972 a elaboração de artigo sobre o significado de Lima Barreto na literatura brasileira. Neste artigo, Carlos Nelson avança no que se constituirá futuramente em *sua interpretação da peculiaridade histórico-estrutural brasileira* afirmando, pela primeira vez, “a tese segundo a qual a formação social brasileira se caracteriza pela sua constituição moderna enquanto resultante da ‘via prussiana’” (Netto, 2012, p. 64). O marcante neste raciocínio é que “o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – [teria ocorrido] *sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*” (Coutinho, 1974 [1972], p. 3 – grifo nosso) e operado “pelo alto”, sem o acordo das massas populares, excluindo-as da vida política. Este raciocínio, vale assinalar, é completamente compatível com aquele de Florestan sobre o “padrão autocrático” da dominação política operada pela burguesia brasileira, ainda que tenha sido formulado *antes* do livro de Florestan citado no presente texto.

Em segundo lugar, é necessário tocar no ponto – habitualmente polêmico – da relação de Carlos Nelson com o Partido Comunista Italiano e a proposta apregoada por este partido de “via democrática para o socialismo”¹⁰. A relação com o PCI, que anteriormente já era de admiração, aprofunda-se com o exílio na Itália a partir de 1976. O “período italiano” de cerca de dois anos pode ser considerado um divisor de águas em sua trajetória intelectual e política, estando inextricavelmente ligadas, de uma parte, a admiração pelo PCI combinada à adesão ao “eurocomunismo” como portador da via revolucionária adequada às “sociedades ocidentais” – a via democrática para o socialismo – e, de outra parte, a apropriação cada vez mais profunda e segura do legado teórico gramsciano. Ambas as dimensões tiveram óbvias repercussões *no pensamento e na ação político-prática* de Carlos Nelson.

¹⁰ É importante, antes de mais, deixar absolutamente claro um ponto: Carlos Nelson se aproxima das posições políticas do PCI *porque precisa fundamentar sua adesão a um conjunto de ideias sobre a democracia que já gozava de larga tradição no debate do PCB e dos comunistas*, da democracia como caminho para o socialismo (cf. Konder, 1980). O caminho de Carlos Nelson não é “do eurocomunismo à democracia como valor universal”. Antes, o mais correto é pensar no sentido contrário.

Em terceiro lugar, é necessário apontar para a esfera da disputa de rumos no interior do próprio PCB para a consolidação de suas posições. Durante o exílio, Carlos Nelson esteve bastante envolvido no debate político travado no seio do partido em que militava, cujo Comitê Central foi formalmente transferido para o exterior em decorrência das insuficientes condições de segurança (Prestes, 2012, p. 197). Desde a primeira reunião desta instância, ainda em 1976, se estabeleceu forte polarização entre, de um lado, o secretário-geral Luiz Carlos Prestes e, de outro, Armênio Guedes, membro muito ativo da direção, então residente em Paris (Prestes, 2012, pp. 197-234 e 2012a, p. 42). Enquanto Prestes vinha se distanciando teoricamente da linha aprovada no VI Congresso do Partido *a partir de avaliação da insuficiência da estratégia nacional-democrática* para a construção do projeto socialista, Guedes havia aderido às chamadas “teses eurocomunistas” e apostava na centralidade da “questão democrática” – da democracia como caminho e, até certo ponto, finalidade, da luta socialista. Não será possível desenvolver os detalhes teóricos da polêmica neste espaço, bastando aqui assinalar que no contexto desta disputa Guedes propôs e aprovou no Comitê Central do partido a criação de uma Assessoria a ser organizada por ele e sediada em Paris, que viria a ser composta por intelectuais militantes do PCB residentes em países europeus com a tarefa de auxiliar na discussão dos problemas brasileiros.

A partir daí, se formou em torno de Armênio Guedes um núcleo de intelectuais com certa homogeneidade de posicionamento – constituída a partir da identidade de seus participantes com as teses “eurocomunistas” ou “renovadoras” –, que participou ativamente da polêmica que se travava na direção do partido no exílio e teve em Guedes uma espécie de porta-voz no Comitê Central do Partido (Netto, 2012, pp. 64-68; Prestes, 2012, pp. 203-234 e 2012a, pp. 43-49). Carlos Nelson Coutinho compôs esta Assessoria e escreveu regularmente para o jornal do partido, também dirigido pelo grupo de Guedes. Teve, portanto, papel destacado neste grupo cujos integrantes ficaram conhecidos como os “renovadores”¹¹, e o debate que se travou entre estes e o secretário-geral foi *justamente o debate sobre o caráter socialista (ou não) da revolução brasileira*.

Podemos dizer, portanto, que foi em decorrência (e, pode-se dizer, como culminação) deste envolvimento com o debate interno do PCB entre, de um lado, uma posição que afirmava a democracia como caminho e fim da luta socialista, e, de outro, uma posição que trabalhava pela superação desta relação de subordinação da luta socialista à forma democrática, e com os olhos voltados para o *Brasil em processo de “abertura” ou “redemocratização”*, que Carlos Nelson escre-

¹¹ A Assessoria do Comitê Central foi composta por: Armênio Guedes (responsável), Zuleika Alam- bert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Aloísio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto, Mauro Malin (então residentes em Paris) e Ivan Ribeiro Filho (residente na Itália). Cf. Prestes, 2012a, pp. 43-44.

veu o ensaio *A democracia como valor universal*, publicado em março de 1979 e que se tornou verdadeiro divisor de águas na esquerda brasileira. Este ensaio tinha como tema justamente a *relação entre democracia e socialismo*, articulada em busca de respostas para a questão de qual deveria ser o caráter da luta da esquerda revolucionária brasileira.

Carlos Nelson, com ele, pretendia “superar, de uma só vez, o esgotamento da estratégia do PCB e os limites do ‘imediatismo voluntarista’ de uma ‘nova esquerda’ que surgia (Braz, 2012, p. 246). Esta tentativa de superação por parte de Carlos Nelson aparece, sinteticamente, nos pontos expressos a seguir.

Em primeiro lugar, a afirmação de que parte da esquerda trabalharia, equivocadamente, com uma visão “meramente tática” ou “instrumental” da democracia, não reconhecendo seu “valor universal”, identificando mecanicamente “democracia política e dominação burguesa”. Carlos Nelson afirma que esta posição tem suas raízes “numa errada concepção da teoria marxista do Estado” (Coutinho, 1980, p. 21), que por sua vez se baseia numa remissão anacrônica ao próprio Marx. Para Carlos Nelson, este, em documentos como o *Manifesto Comunista*, desposa uma visão “restrita” do Estado, que foi válida para grande parte da Europa continental e do mundo em meados do século XIX, mas que teria sido superada pela própria história em grande parte do mundo já na virada do século XIX para o XX. A esquerda que continuasse defendendo a posição expressa por Marx no *Manifesto* estaria claramente, mesmo se de boa fé, incorrendo em um erro – no mínimo em um *anacronismo*.

Em segundo lugar, a afirmação do *valor universal* da democracia, não como um universal abstrato e sim como um universal atingido historicamente, conquistado nas sociedades capitalistas em que estaria se espalhando desde meados do século XIX um processo de *socialização da política*, fruto da diminuição da jornada de trabalho e das conquistas de direitos políticos e sociais decorrentes das lutas da classe trabalhadora. Partindo de certas observações de Lenin e de Marx e extraíndo delas valor metodológico geral, Carlos Nelson considera insuperável a forma democrática de governo, assim como o mecanismo de representação que está na base da versão moderna desta forma política (cf. Coutinho, 1980, pp. 21-25).

Em terceiro lugar: sobre o Brasil, Carlos Nelson considera que a *via prussiana* a que aludimos acima (um “prussianismo” brasileiro) teria garantido a modernização capitalista nesta formação econômico-social, inferindo daí que o desenvolvimento capitalista brasileiro teria, mesmo sob forma política autocrática, gerado as condições objetivas para a socialização da política e, com ela, o surgimento de uma movimentada sociedade civil, expressa naquele momento histórico na reentrada na cena política brasileira da classe trabalhadora.

Daí, em quarto lugar, o autor conclui que a luta socialista no Brasil dos anos 80 dever-se-ia dar através da luta pela constituição de uma *democracia de massas*, surgida da “articulação entre as formas de representação tradicionais e

os organismos de democracia direta” (Coutinho, 1980, p. 29), baseada numa socialização da participação política que poria “a necessidade de socializar também os meios e os processos de governar o conjunto da vida social” (Coutinho, 1980, p. 27). A ampliação da democracia seria, assim, o caminho para o socialismo.

Isto posto, passemos ao próximo item, onde procederemos a uma avaliação crítica de certos pressupostos que estão na base do raciocínio apresentado.

6) Estado e questão democrática: um balanço preliminar

Lançando um olhar mais geral sobre o caminho percorrido até agora, podemos ver que existe uma convergência dos autores com relação aos elementos estruturais da formação social brasileira: a forma dependente de desenvolvimento do capitalismo brasileiro teria levado a uma “dominação sem hegemonia” (Carlos Nelson) ou a uma autocracia burguesa (Florestan) e a crise da ditadura teria aberto um novo ciclo. Para Coutinho, teria havido uma alteração na correlação de forças, expressa na consolidação de uma sociedade civil forte e na “ocidentalização” do Brasil, levando à “ampliação” do Estado que agora poderia ser disputado. Neste contexto, reformas radicais poderiam gradualmente produzir mudanças estruturais.

Outro elemento comum a três dos autores examinados (excetuando-se Marini) é que estas mudanças poderiam acontecer através da pressão de forças sociais por dentro do Estado. Para Caio Prado, por exemplo, seriam as forças populares que pautariam suas demandas por meio do Estado, levando a um desenvolvimento sustentável e de caráter nacional que permitiria superar as barreiras advindas de uma produção regida pela propriedade privada e uma economia de mercado.

Aparece, como base para esta posição, a impossibilidade da revolução socialista e a necessidade de uma mediação prévia. Para Caio Prado, a organização das demandas populares levaria a um desenvolvimento sustentável e nacional orientando a ação do Estado; já para Florestan e Carlos Nelson, aquela mesma organização permitiria articular um programa anticapitalista, antimonopolista e antilatifundiário que, para o primeiro, ao se chocar com a impermeabilidade do Estado autocrático, levaria a uma ruptura, e, para o segundo, levaria a um conjunto de reformas que, junto com a participação nas eleições, permitiria acumular forças para superar o capitalismo.

Vejam: parece haver uma expectativa de que a “ocidentalização” do Brasil e a entrada em cena do proletariado nos anos 70 abririam a possibilidade de reverter o caráter autocrático do Estado brasileiro e que a luta pela ampliação da democracia corresponderia a um acúmulo de forças para superar a ordem capitalista. Parece-nos que esta leitura está embasada numa particular concepção de

Estado, de democracia, de acúmulo de forças e de hegemonia que é preciso problematizar. Passemos, portanto, a esta problematização.

Antes do capitalismo não existe separação entre Estado e sociedade civil – entre o Estado político, o da Constituição, e o Estado não político, o da sociedade civil, o da vida real do povo. Ao momento em que os seres humanos já não são só produtores de valores de uso, mas também de valor – momento em que perdem o controle de suas vidas frente ao fetiche da mercadoria –, corresponde o momento em que o povo se torna cidadão, cuja vida também fica regulada por algo externo, a constituição. Os seres humanos, portanto, se alienam, já que ficam regulados, por um lado, pelo movimento das mercadorias e, por outro, pela Constituição do Estado abstrato (Marx, 2010, p. 51). Dessa forma, a legalidade própria do mundo das mercadorias assume o controle impessoal sobre a vida das pessoas.

Para a correta localização deste problema, a obra juvenil de Marx tem uma grande relevância, pois já aparecem dois elementos fundamentais da sua teoria do Estado que permanecerão: a diferença entre o conteúdo e a forma do Estado, em que o conteúdo está associado com a defesa da propriedade privada; e o caráter alienante, religioso, do Estado e da constituição, que é expressão de uma alienação que acontece na vida real dos homens.

Esses dois elementos-chave na teoria do Estado marxiana denotam uma interpretação do Estado burguês não apenas como instrumento de coerção de uma classe sobre outra, mas também como instrumento de convencimento, dada a função ideológica que expressa a partir da defesa de uma liberdade e uma igualdade abstratas que correspondem à igualdade e à liberdade, enquanto proprietários de mercadorias, da troca de equivalentes. O Estado não precisa impor pela força a adesão à liberdade e à igualdade abstratas, já que essas são aceitas como algo natural pelo indivíduo produtor de mercadorias. Cada componente singular do ser social vivencia de forma permanente e necessária no seu cotidiano a realização dessa liberdade e dessa igualdade através da troca de mercadorias portadoras de valores equivalentes – força de trabalho para uns, capital para outros.

É essa a interpretação da construção teórica de Marx a respeito do Estado que nos parece mais fiel a seu pensamento e, mais importante que isso, fiel ao próprio movimento do real. Dito de outra forma: *o que acabamos de expor contradiz a tese de que em Marx haveria uma teoria “restrita” do Estado*, que seria entendido como mero “comitê executivo dos negócios da burguesia” e instrumento de coerção.

A dimensão ideológica e de convencimento do Estado burguês é fruto das relações sociais de produção sobre as quais ele se ergue, sendo *insuprimível de sua própria essência*. A divergência em relação a este ponto nos parece o elemento central da confusão e da tergiversação em torno de uma categoria de análise

gramsciana, a de “hegemonia”, por muitos intérpretes do pensador italiano – dentre eles, os eurocomunistas. De acordo com estes, a hegemonia ficaria mais restringida a uma direção moral e cultural da sociedade a partir da formação do consenso e da disputa de ideias e valores, desprezando o conteúdo material dela, ou seja, o convencimento dos trabalhadores produzido diariamente a partir da posição subordinada que esses ocupam nas relações materiais de produção.

Gramsci afirmava, em *Americanismo e Fordismo*, que “a hegemonia nasce no chão da fábrica”. Para o comunista sardo, hegemonia não só é o convencimento exercido pela burguesia através de seus aparelhos privados de hegemonia, mas será o caráter “educador” da própria sociedade burguesa e do capital, ou seja, o convencimento do ser social que vive de forma permanente relações capitalistas de produção. A interpretação equívoca – a nosso juízo - do conceito de hegemonia por parte dos eurocomunistas implica desconsiderar também a necessidade de construir uma contra-hegemonia (embora esse não seja um termo usado diretamente por Gramsci) a partir da socialização dos meios de produção. As ideias em disputa não pairam no ar, mas são expressão de correlações de força entre as classes em luta, e das experiências vividas cotidianamente por estas mesmas classes.

Entendemos, assim, que acreditar que a disputa do Estado burguês ou dos aparelhos privados de hegemonia burguesa corresponda necessariamente a um avanço da hegemonia dos trabalhadores é um erro. Gramsci não desperta nenhuma ilusão sobre a mera participação do partido no interior do Estado burguês, pois sabe que a disputa da hegemonia não se dá nos espaços dentro desse Estado, mas nos espaços independentes deste e com autonomia histórica (ou seja, com projeto de classe). Passemos a palavra ao disputado autor:

As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram na esfera da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia burguesas, (...): o processo revolucionário se desenrola no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor a oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia (...) (Gramsci, 1955, p. 124. *Il Consiglio di fabbrica*).

Política e economia constituem uma unidade inseparável e a construção do poder da classe trabalhadora, desse novo poder, como prefiguração do novo Estado em germe já no capitalismo, requer a confrontação com o poder burguês, na fábrica, lugar onde a burguesia funda seu poder como classe, e onde se pode construir sua autonomia histórica enquanto classe. Os gramscianos que concebem hegemonia como sinônimo de consenso relegam a caracterização da cita-

ção anterior ao período pré-carcerário de Gramsci, argumentando uma superação dessa visão nos Cadernos do Cárcere, uma vez que aí ele introduz a diferença entre sociedades ocidentais e orientais: “no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa... No Ocidente o Estado é só uma trincheira avançada, atrás da qual está uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (Gramsci, 2001, p. 866, *Quaderno 7 § 16*); isto leva estes intérpretes de Gramsci a concluir que a guerra de movimento, de uso da violência para o assalto ao poder adequada para o Oriente, deveria ser substituída no Ocidente pela guerra de posição, a ocupação das trincheiras avançadas na sociedade civil. Entretanto, Gramsci não descarta a necessidade do uso da força para aniquilar os adversários, mas alerta para o fato de que o uso da força, nas sociedades ocidentais, não é suficiente; é preciso também a formação de uma “vontade coletiva nacional popular” e de uma “reforma intelectual e moral” das quais o partido, ou o “moderno príncipe”, será o principal impulsionador e organizador (Gramsci, 2001, pp. 952-953, *Quaderno 8 § 21*). Entretanto, isso não significa que a conquista da hegemonia no Ocidente se dê exclusivamente no campo das ideias ou da conquista do consenso, pois uma reforma moral não pode estar desvinculada de uma luta no terreno econômico. É o próprio Gramsci quem chama à atenção o fato de que “o programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta cada reforma intelectual e moral” (Gramsci, 2001, p. 953, Q 8 § 21).

Para romper com o domínio e a hegemonia burguesa não será suficiente disputar as ideias, as concepções de mundo, os valores, as instituições do Estado, mas será preciso disputar também o poder burguês, poder que se materializa e consolida nas relações de propriedade e no controle e direção do processo de produção. A hegemonia, então, além de não poder prescindir do uso da força, também não pode prescindir da dominação econômica, que acaba sendo também outro tipo de força, uma força material e constante.

A ideia de que a luta pela democracia, no contexto de “ocidentalização” do Brasil, corresponderia a um acúmulo de forças para superar a ordem capitalista vem mostrando seus limites. No Brasil, houve um processo de socialização da política: os trabalhadores construíram suas próprias organizações, incorporando e “organizando” milhões de pessoas na “vida política”, e articulando organismos de democracia direta (CUT, MST, etc.) e indireta, ou institucional (PT), levando este partido ao governo. A pergunta que nos cabe fazer é: esse processo levou a uma conquista de hegemonia por parte dos trabalhadores?

Pelo contrário: produziu um dos momentos mais contrarrevolucionários e de maior apassivamento da classe trabalhadora na história desse país. Os sujeitos coletivos da classe trabalhadora organizaram grandes massas e criaram várias instâncias de participação (só para dar alguns exemplos: os metalúrgicos da CUT de São Bernardo têm hoje 89 comissões de fábrica, o PT desenvolveu a experiência dos orçamentos participativos, criou o setor de mulheres, de negros,

na área da saúde foram criados os Conselhos de Saúde, assim como em diversas categorias profissionais se criaram espaços de participação, de consulta, fruto de reivindicações dos diferentes setores da classe trabalhadora). Entretanto, esse processo de “socialização da política” vem cumprindo uma função de despolitização da política e da vida social em geral.

Podemos nos perguntar o que significou, concreta e historicamente, a “socialização da política”. Tudo nos leva a crer que consiste na ampla participação de *todas as classes* em diferentes espaços, não apenas da produção, mas também da distribuição, consumo, fiscalização etc. Mas se podemos afirmar que se trata de uma efetiva socialização da política, é preciso deixar explícito que seu objetivo é controlar, gerir, decidir sobre a alocação de recursos necessários para a reprodução capitalista, administrando democraticamente os conflitos de interesse entre as classes antagônicas. É por isso que é precisamente quando estes espaços democráticos funcionam perfeitamente que eles funcionam para a reprodução da ordem e não para o seu enfrentamento. O pressuposto da democracia proletária é a eliminação das condições de dominação do proletariado; sem isso não há socialização do poder político.

7) Conclusões de um trabalho em andamento: hipóteses em movimento

Estas conclusões vão em sentido um pouco diferente do que se espera normalmente de um artigo acadêmico. Isto porque a pesquisa que realizamos – conjuntamente, em permanente interlocução – até aqui, mais do que nos permitir encontrar todas as respostas que buscamos, antes de tudo nos permitiu colocar *perguntas que nos parecem interessantes e pertinentes*, hipóteses de trabalho para continuar no sentido de contribuir para uma autoavaliação da esquerda brasileira, que julgamos necessária no momento atual. Seguem então nossas “conclusões em forma de hipóteses”:

1. Vivemos hoje o encerramento de um ciclo histórico, o ciclo do Partido dos Trabalhadores e de sua estratégia: a Estratégia Democrática e Popular.
2. A lógica interna desta Estratégia, sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, tende a estrangê-la nos marcos da ordem burguesa. Isto nos leva a afirmar que a Estratégia Democrática e Popular foi plenamente desenvolvida nos três sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. A expressão mais clara de seu esgotamento deu-se nas manifestações de Junho de 2013, ou “*jornadas de junho*”.
3. A Estratégia Democrática e Popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada: ela foi realizada em condições para as quais suas contradições internas apontavam. Para articulação entre a hipótese anterior, a presente hipótese é a seguinte: faz-se indispensável o debate sobre o caráter do Estado e suas formas de expressão – no caso em questão, o debate sobre a democracia.

4. A realização desta Estratégia parece ter passado pela constituição do que Florestan Fernandes chamou de uma “democracia de cooptação” (restrita) no Brasil e passou pelo processo de transformismo – como apontado por Gramsci – do Partido dos Trabalhadores e de boa parte das direções dos movimentos sociais da classe trabalhadora.
5. Neste contexto, a pequena burguesia política passou a ser operadora do projeto político dos sucessivos governos petistas, apontando para a modificação de seu caráter de classe.
6. A Estratégia Democrática e Popular guarda elementos de ruptura e continuidade com a Estratégia Nacional e Democrática. A estratégia socialista seria uma maneira de superar o impasse posto pelas estratégias baseadas em “acúmulos de força” e “etapas” – ambas prisioneiras do mesmo pressuposto, a “imaturidade da sociedade brasileira para a transição socialista”. Neste sentido, o inventário dos autores da teoria marxista da dependência pode ajudar a lançar luz sobre essa controvérsia perene, uma vez que assinala essa mesma discussão no período de transição entre esses dois ciclos estratégicos.
7. A permanente tensão entre “permanentismo” e “etapismo” nos ciclos históricos correspondentes às estratégias socialistas para revolução no Brasil pode ser avaliada em um novo patamar: a partir do encerramento destes dois ciclos é possível recolocar, em outra qualidade, a discussão sobre os desafios à revolução permanente.
8. Afirmar o encerramento de um ciclo não significa necessariamente afirmar o fim de certos partidos, a ascensão de outros ou o “esgotamento” de certo padrão de desenvolvimento, estagnação econômica etc. A ideia de encerramento de um ciclo aplica-se tão somente ao *encerramento das possibilidades revolucionárias contidas em tal ou qual projeto político* – no caso do presente trabalho, nos referimos ao esgotamento das possibilidades revolucionárias contidas nos projetos *nacional e democrático* (formulado pelo PCB em certo momento de sua atuação, tendo sido posteriormente reavaliado e considerado historicamente superado por este partido) e *democrático e popular* (formulado pelo PT em certo momento e ainda reivindicado por este partido, numa disputa ainda em curso em torno de “qual seria o sentido” deste projeto).
9. O “encerramento de um ciclo” não é um momento definido, com data e hora marcada para ocorrer. Desenrola-se antes num lapso temporal, podendo se arrastar por meses, anos ou mesmo décadas. Vale lembrar: na história, o velho não termina nunca de morrer enquanto não nasce o novo. E mesmo então, elementos de um podem permanecer como momentos superados no outro.
10. Os caminhos e descaminhos da história brasileira já demonstraram que a “democratização” neste país não atingiu e nem atingirá os padrões de

“bem-estar” de suas congêneres europeias, as “democracias de cooptação” pra valer. Na verdade, em tempos de declínio do *compromisso fordista* (cf. Bihr, 1991), a tendência é a contrária: que aquelas regridam em direção a algo um pouco mais próximo do padrão autocrático mais aberto. Trata-se do que Paulo Arantes (2004) chamou de a “brasilianização” dos centros capitalistas mais desenvolvidos, sugerindo ironicamente que mudou o sentido em que o Brasil pode ser hoje considerado o “país do futuro”: o país se tornou, agora, uma espécie de futuro possível para os países centrais em tempos de regressão social generalizada.

11. Neste contexto, apresenta-se, mais claramente que nunca, a necessidade de realizar o esforço de superar as posições políticas de esquerda que apostaram na não-atualidade da transformação socialista.

Referências

- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- BIHR, Alain. “*Du grand soir*” à “*l’alternative*”: le mouvement ouvrier européen en crise. Paris: Les éditions ouvrières, 1991.
- BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- BRAZ, Marcelo. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil. In: BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, pp. 237-285. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARRILLO, Santiago. “*Eurocomunismo*” y *Estado*. Barcelona: Editorial Crítica, 1977.
- CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 112, outubro-dezembro de 2012.
- CORREA PRADO, Fernando e Marina Machado Gouvea. Dependência (verbetes). In: *Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular/ENFF, 2014.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: *Realismo e Anti-Realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *A democracia como valor universal*. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *O que é a Revolução?* Disponível em: <<http://www.casadajuventude.org.br/media/oqueerevolucao.pdf>. 1981>.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

- GRAMSCI, Antonio. *L'ordine nuovo (1919-1920)*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1955.
- _____. *Quadrei dele cárcere*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2001.
- IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KONDER, Leandro. PCB e eurocomunismo. In: *Oitenta*, vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro, La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: *Cuadernos Políticos*, núm. 12, abril-junho, 1977.
- _____. *América Latina*. Dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- _____. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, pp. 51-83. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. Entrevista com Anita Leocádia Prestes. In: *Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista* nº 7, pp. 15-70. São Paulo: ICP, 2012a.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- SOUZA, Victor Neves de. Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira. In: *Revista Praia Vermelha*, v. 22, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ / Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, 2011-2012.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

Recebido em setembro de 2014
Aprovado em dezembro de 2014